



## MEMÓRIAS E HISTÓRIAS DOS MORADORES DA COMUNIDADE DE MANGABEIRA

Doi: 10.4025/8cih.pphuem.4172

Anselmo de Oliveira Nunes, UFPB

### Resumo

O presente artigo propõe apresentar algumas reflexões sobre o processo de organização política dos moradores do conjunto habitacional Tarcísio de Miranda Burity, popularmente conhecido como Mangabeira e maior bairro da cidade de João Pessoa-PB, durante os seus 10 primeiros anos e como isto influenciou o desenvolvimento da comunidade. As ocupações das casas entregues pelo governo, a criação e organização das Associações de Moradores e Sindicatos, as passeatas reivindicatórias pelo direito a moradia e de melhorias, entre outras iniciativas coletivas influenciaram a forma como esta comunidade expandiu-se e modificou-se com o passar dos anos. Para tentar compreender este período, foram coletados relatos de moradores que habitavam a comunidade à época, de modo a considerar o significado dado pelas experiências vividas por eles. Também foram analisadas as memórias contidas nos artigos escritos pelos moradores no livro “Mangabeira: uma história viva! 1983 - 2003”, reportagens jornalística a respeito da comunidade e as imagens do acervo da prefeitura municipal e arquivos pessoais serviram como valiosas fontes para a compreensão destas mobilizações coletivas que foram comuns em diversas outras comunidades da capital paraibana. A interpretação das fontes proporcionaram uma discussão sobre o modo de vida dos moradores da comunidade, rememorando a trajetória de luta e mobilização que contribuiu para evidenciar a influência que estas ações tiveram para fazer da comunidade o que ela é hoje.

### Palavras Chave:

Memória; História;  
Oralidade.

## Introdução

Em 1964, após o golpe militar que depôs o governo de João Goulart, criou-se no Estado Brasileiro o Sistema Financeiro de Habitação (SFH) e o Banco Nacional de Habitação (BNH), com o objetivo de construir habitações de interesse social e proporcionar o financiamento da casa própria.

O BNH, segundo Andrade e Azevedo (1982), representou, no período entre 1964 e 1986, uma inovação do ponto de vista econômico devido a basicamente três motivos: por se tratar de um banco; por instituir prestações que se reajustavam automaticamente de acordo com as taxas de inflação; e por articular o setor público com o setor privado na construção das habitações. Sendo responsável por cerca de 20% das unidades habitacionais construídas no Brasil durante o período entre 1964 e 1986, sendo aproximadamente cinco milhões de unidades habitacionais.

Em novembro de 1986, em meio à crise econômica que resultou no segundo Plano Cruzado, o então presidente José Sarney decidiu fechar o BNH por meio do Decreto Lei 2291/1986. A maioria dos seus 10.000 funcionários foi absorvida por outros órgãos públicos, especialmente a Caixa Econômica Federal, que assumiram muitas das funções do BNH.

As atuações do BNH e do SFH na construção de conjuntos habitacionais na cidade de João Pessoa, bem como em outras cidades da Paraíba, a exemplo de Campina Grande, foram de grande impacto e importância para a expansão da cidade como um todo, sendo responsáveis pelo financiamento e construção de diversos conjuntos, como: Jardim 13 de maio, Redenção, Boa Vista, Pedro Gondim, Cidade dos Funcionários, Castelo Branco, Costa e Silva, João Agripino, Conjunto do Grotão (construído com o objetivo de erradicar a favela de mesmo nome), Valentina

Figueiredo, bem como o conjunto habitacional que é objeto deste estudo.

Contando com cerca de 76 mil habitantes o Conjunto Habitacional Tarcísio de Miranda Burity, conhecido popularmente como bairro de Mangabeira, é o mais populoso de João Pessoa. Caso fosse um município do estado da Paraíba, o bairro de Mangabeira seria o 6º em número de habitantes e perderia apenas para João Pessoa (723.515 habitantes), Campina Grande (385.213), Santa Rita (120.310), Patos (100.674) e Bayeux (99.716). De acordo com o Censo 2010 do IBGE, 94,40% da população do bairro é alfabetizada colocando Mangabeira em 26ª posição no ranking de escolaridade da Paraíba. A renda per capita do bairro é de R\$ 846,84, a 36ª maior renda de João Pessoa. Uma parte da população, 10,31%, é composta por pessoas com idades que variam entre 25 e 29 anos, o que corresponde a 7.835 habitantes. A menor parte, 0,01%, é composta por 6 pessoas que estão com 100 anos ou mais. As mulheres são maioria no bairro e somam 40.144 moradores, já os homens somam 35.844 habitantes (IBGE, 2011).

Embora apresente 33 anos de história, não encontrei uma pesquisa historiográfica que tenha como eixo central as memórias de seus primeiros moradores. Há, porém, produções dos cursos de pós-graduação em Arquitetura "*Permanências e Inovações: O Projeto Mangabeira*" de Anny Karinny Lima Leal na área de concentração Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo, defendida em 2012 e em Engenharia urbana "*Transformações Urbanísticas em um Bairro planejado: O caso do projeto habitacional Mangabeira em João Pessoa-PB*" de Antônio Willamys Fernandes da Silva e defendida em 2005. No ano de 2007 foi defendida, no curso de graduação em Licenciatura plena em História da UFPB, a monografia "*Mangabeira: o conjunto que contrariou o seu destino (1983-2007)*" de autoria de Katielle Dayviane Amaral da Silva.

Em se tratando de pesquisas que contribuem para a história dos bairros de João Pessoa, encontrei nas produções do Programa de Pós-Graduação em História da UFPB, duas dissertações que abordam a temática: a primeira, de autoria de Juliana Barros, intitulada “*O Bairro de Jaguaribe na memória dos seus moradores idosos*” defendida em 2012 e de Luana Maria Cavalcanti Bispo “*Relicário Urbano: uma leitura do Bairro do Roger na cidade de João Pessoa-PB (2003-2013)*” defendida em 2015, ambas as dissertações apresentadas na linha de pesquisa de Ensino de História e Saberes Históricos. Foi também possível encontrar, matérias jornalísticas e o livro intitulado “*Mangabeira – Uma história viva!*” (2006) escrito pelo grupo “Grupo História Viva de Mangabeira”, formado por moradores do bairro, e que também será objeto de análise neste artigo.

Salientando que as reflexões contidas neste artigo fazem parte da pesquisa de mestrado em andamento, intitulada “*Memórias dos moradores de Mangabeira (1983-1993)*”, com orientação do professor Dr. Elio Chaves Flores, no programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

Neste artigo, tenho o objetivo de realizar reflexões a respeito do modo de vida que a população pobre e majoritariamente negra vivia de quando da inauguração da comunidade de mangabeira, realizo uma análise das memórias de moradores que vivenciaram este período, através da análise de entrevistas, de pesquisas documentais e bibliográficas.

### **O problema da moradia**

As cidades brasileiras, como ressalta Milton Santos (1993), expandiram-se de forma espraiada, significando ter sido através de uma modernização seletiva, aonde a expansão possui extensos vazios, gerando assim especulação fundiária e imobiliária. Como resultado deste espraiamento, apesar das

particularidades do processo de cada cidade, formatou-se um modelo de cidade que é caracterizado pela periferação da população e a fragmentação dos espaços ocupados.

[...]. Nessas cidades espraiadas, características de uma urbanização corporativa, há interdependência do que podemos chamar de categorias espaciais relevantes desta época: tamanho urbano, modelo rodoviário, carência de infra-estruturas (sic), especulação fundiária e imobiliária, problemas de transporte, extroversão e periferação da população, gerando, graças às dimensões da pobreza e seu componente geográfico, um modelo específico de centro-periferia. Cada qual dessas realidades sustenta e alimenta as demais e o crescimento urbano, é, também, o crescimento sistêmico dessas características. As cidades são grandes porque há especulação e vice-versa; há especulação porque há vazios e vice-versa; porque há vazios e as cidades são grandes. (SANTOS, 1993, p. 95-96).

Cidades não metrópoles cresceram rapidamente, ao receberem um grande contingente migratório, principalmente em função da concentração fundiária no campo. A partir da década de 1970, essa população encontra uma cidade sem infra-estrutura mínima para abrigá-las e não havendo habitações acessíveis, os migrantes ocupam áreas de domínio público, originando as denominadas favelas.

O processo de urbanização brasileiro também se caracterizou pelos grandes loteamentos oficiais destinados a população de maior poder aquisitivo. São exemplos destas iniciativas, na cidade de João Pessoa, os loteamentos financiados e construídos nos períodos entre 1964-1967, de quando a cidade possuía uma configuração mais compacta, voltada para o seu centro histórico, nas proximidades do rio Parahyba, local da chegada dos invasores portugueses em meados de 1580

(a fundação oficial da então cidade da Parahyba é 5 de agosto de 1585), com a construção de uma das principais avenidas da cidade, a Epiitácio Pessoa, que objetivava criar a ligação entre o centro da cidade e a orla marítima, além de abrir espaço para a construção de casas residenciais para as classes mais abastadas. Apenas com as obras da BR-101 (em direção a Recife) e da BR-230 (em direção a Cabedelo) e com a implantação do Campus Universitário, representaram o início da expansão da cidade em direção ao sul/sudeste.

O contexto de crises generalizadas (econômica, política, social, etc.) vividas pelo Brasil no período dos anos de 1980, como muitos classificam de “década perdida”, também foi um período muito profícuo politicamente. As aberturas políticas desencadeada pelo desgaste do regime militar ainda vigente acarretaram na organização e mobilização das camadas populares, fortalecendo os sindicatos existentes, como os Metalúrgicos do ABC, liderados por Lula e posteriormente as criações do Partido dos Trabalhadores e do PMDB, por exemplo. Havia um grande clima de politização e por lutas por direitos entre as classes menos abastadas da população brasileira de uma forma geral, e em João Pessoa não era diferente.

Na entrega dos conjuntos habitacionais, financiados pelo BNH e outras entidades responsáveis por administrar os recursos e construir as casas, sendo a Companhia Estadual de Habitação Popular (CEHAP) a responsável pela construção do conjunto Mangabeira, uma parte das pessoas que foram sorteadas com as chaves das casas eram sindicalizadas. Isso gerou muito

desentendimento entre os sindicalizados pela disputas das chaves. Como afirma o entrevistado 01<sup>1</sup>;

“Cada sindicato tinha direito a uma cota de casas. Todo sindicato tinha direito a uma quantidade de casa. Era aí que a briga era grande, pois muita gente que não precisava, era ‘sorteado’ mas vendia a chave, o que era proibido.”.

Podemos perceber na fala do entrevistado 01, que o processo de distribuição das casas era de autonomia de alguns sindicatos, como o dos Gráficos, decidindo entre si, geralmente na forma de sorteio, quem ficaria com as casas. No projeto Mangabeira existiram mais de doze tipos de moradias diferentes<sup>2</sup>, com configurações diversificadas, sendo objeto de disputas por casas com melhores localizações para a abertura de pontos comerciais, o que posteriormente se tornou a principal característica do bairro de mangabeira: sua vocação comercial.

A pesquisa documental realizada no acervo da Fundação Casa de José Américo, foi frutífera em demonstrar, muitas vezes de maneira sensacionalista, como a imprensa retratava as invasões das casas que estavam prometidas a serem entregues “em breve”, como gostavam de dizer os líderes políticos daquele momento, a exemplo do governador Wilson Braga.

O jornal Correio da Paraíba afirma que a CEHAP tomou uma medida preventiva, antecipando a entrega das chaves, sendo que, como afirma o entrevistado 02:

“Já haviam inúmeras invasões das casas que estavam aguardando a finalização dos equipamentos

---

<sup>1</sup> Para preservar o anonimato e proporcionar uma melhor análise e comparação das respostas, os moradores foram identificados com números: Entrevistados 01,02 .

<sup>2</sup> Mais informações a respeito dos projetos arquitetônicos de Mangabeira: LEAL, Anny

Karinny Lima. Permanências e inovações: o projeto do Conjunto Mangabeira. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, UFPB, João Pessoa, 2012.

básicos para a entrega oficial como saneamento, água encanada e pavimentação das ruas. O povo não quis saber de esperar e pressionando as autoridades os forçaram a entregar o bairro e inaugurá-lo antecipadamente”.

Este fato relatado pelo entrevistado, revela uma polêmica existente a respeito da data oficial de inauguração do bairro. Seria em 23 de abril de 1983, como afirma até mesmo uma placa existente na CEHAP ou em 23 de Julho de 1983? Muitos moradores divergem entre si a respeito deste tema e talvez a iniciativa da população em invadir as casas nos dê um indício de como este impasse começou.

Figura 1: Temendo invasões, a CEHAP entrega casas.



**Fonte:** Jornal Correio da Paraíba, edição do dia 06/04/1983, acervo da Fundação Casa de José Américo.

Figura 2: População invade as casas construídas.



**Fonte:** Acervo Jornal Mangabeira Cracem. Fotógrafo desconhecido.

O relato feito por José Rodrigues, beneficiado com uma casa em 1983, que consta no livro intitulado

“Mangabeira: uma história viva!” (2006) organizado pelo Grupo História Viva de Mangabeira, nos ajuda a entender a realidade do bairro naquele momento em que já haviam invasões e acarretou a antecipação da entrega das chaves:

“Parecia que tínhamos saído da escravidão para a liberdade. Todos, esperançosos, num misto de alegria e saudade. Alegria por estarmos vislumbrando um novo horizonte, e saudade dos amigos e parentes que tínhamos deixado. Experimentávamos euforia e preocupação na adaptação da nova residência, onde havia problemas na instalação hidráulica ou elétrica, e na arrumação dos móveis que as vezes não cabiam bem nos cômodos. Era tanta coisa ao mesmo tempo... Mas estávamos felizes como uma criança que ganha um brinquedo novo. Sabemos que a felicidade nunca é completa, mas estávamos na expectativa de melhores dias, contando com a ajuda de Deus.

Depois de deixarmos a casa mais ou menos em ordem, fomos cuidar do quintal. Era um mato enorme com carrapateira, mamona, capim de roça, capim gordura, vassoura de botão e tantas outras variedades que, apesar da inconveniência, era até ecológico aquele perreco de arbustos e ervas. (...) Mesmo assim procuramos fazer melhor, substituindo as plantas nativas por umas que tivessem mais serventia como coqueiros, cajueiros, jambeiros, flores e plantas medicinais.” (Pág. 25).

A falta de competência dos órgãos municipais e estaduais para entregar em tempo hábil os conjuntos habitacionais, justificando seus atrasos sempre repassando a responsabilidade para o governo federal, e principalmente para o BNH, acarretou a revolta popular que se expressou através das invasões das casas já construídas. Até o presente momento não consegui entrar em contato com algum morador que tenha invadido

alguma das casas. É possível que ainda aja um receio de revelar-se como um invasor destas casas, devido a enorme campanha difamatória existente na mídia até os dias atuais, seja retratando mobilizações feitas pelo Movimento dos Trabalhadores sem Teto (MTST) ou do Movimento dos Sem Terra (MST), entre outras organizações sociais que reivindicam direitos garantidos pela Constituição Federal.

### **A Associação Comunitária**

Após a acomodação dos moradores, aconteceu uma das maiores motivos de mobilização coletiva na comunidade de mangabeira: as mensalidades abusivas cobradas pela CEHAP que, como é demonstrado pelo morador José Rodrigues da Silva, foi um dos motivos da criação da Associação Comunitária dos moradores de Mangabeira:

“Em setembro de 1983, deu-se a sua fundação de direito e de fato e, com bastante empenho, começou a trabalhar, através de seu presidente Valter Dantas, com o apoio dos demais membros da diretoria e dos mutuários, que logo se fizeram associados. Não se pode dizer que sua primeira gestão não tenha sido eficaz, pois foi através da mesma que mais de 1000 mutuários encaminharam ações a justiça, ações que, bem mais tarde, em 1988, foram vitoriosas.” (Pág. 31).

O contexto de politização da população, citado anteriormente, e o envolvimento dos partidos recentemente criados, representado na citação anterior pelo presidente do PC do B de João Pessoa de então, Valter Dantas, assim como os líderes sindicais é salientado pelo entrevistado 02 como causa importante da rápida organização da população:

“Era fácil conseguir reunir os moradores para realizar as Assembleias. Pois como todos nós eram sindicalizados, a gente sabia da importância das votações, a gente lutou muito pra conseguir baixar as mensalidades, ninguém tinha condição de pagar não.”

Neste mesmo dia é realizada a primeira missa em Mangabeira, com a presença do incansável lutador do povo Dom José Maria Pires<sup>3</sup>, que anos mais tarde também demonstraria seu compromisso com as classes mais pobres, ao se solidarizar com as pessoas que invadiram as casas de Mangabeira VI, e quando estes foram expulsos, se fez presente na ação de despejo realizada pela Polícia Militar, e posteriormente realizando arrecadação de alimentos, roupas, entre outras iniciativas de apoio a população mais necessitada.

Além de conquistarem o direito de não pagarem mensalidades que ultrapassem 27% do salário mínimo vigente, a partir de 1988, diversas conquistas como a pavimentação das ruas, o perdão de dívidas de mutuários que não tinham condições de pagar as mensalidades, conseguindo o perdão de suas dívidas através de um acordo entre as empresas e o Governo Estadual. outras Associações de Moradores foram sendo criadas ao longo dos anos 1980, com continuação da entrega das outras partes dos conjuntos habitacionais programados para o projeto Mangabeira.

Esses acontecimentos, encontrados nas pesquisas bibliográficas e na análise das fontes jornalísticas, nos demonstram a influência que a organização política da população que luta por seus direitos, gera transformações reais na sociedade, trazendo benefícios para o bem comum. A história da comunidade de mangabeira, a partir das

---

<sup>3</sup> Para mais informações sobre D. José: PEREIRA, Vanderlan Paulo de Oliveira. Em nome de Deus, dos pobres e da libertação: ação

pastoral e política em Dom José Maria Pires, de 1966 a 1980. 2012. 179 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

memórias de seus moradores, demonstram a importância da História local para entender também o contexto nacional e regional.

Como afirma Melo (2015) quando consideramos a ação e a experiência dos agentes históricos no labirinto das relações sociais, as possibilidades de pesquisa em história são ampliadas, proporcionam um alargamento e ao mesmo tempo um rompimento nos limites do conhecimento histórico que estão postos a nossa disposição. A história local, bem como a história de bairros como Mangabeira, podem nos proporcionar a possibilidade de resgatar atores sociais silenciados e omitidos da história geral tida como oficial, apresentando uma alternativa de construção do conhecimento histórico, contribuindo para o suporte da identidade social, gerando assim consciência de classe, ação e transformação, assim como fizeram os primeiros moradores de Mangabeira.

### Considerações finais

Através da pesquisa bibliográfica, das fontes jornalísticas e das entrevistas realizadas com os moradores, pudemos refletir sobre as condições de vida que os primeiros moradores do Conjunto Habitacional Tarcísio de Miranda Burity, popularmente conhecido como Mangabeira, vivenciaram. Em um contexto de rápido crescimento populacional, a cidade de João Pessoa se viu diante da formação de um bairro com proporções de uma cidade, mas construído e entregue de forma desigual, com déficit de estrutura básica como pavimentação, iluminação e água encanada, demonstrando a turbulência política e econômica por qual o País passava. Retomando a caminhada dos moradores, podemos perceber a complexidade das movimentações políticas locais, estaduais, regionais e nacionais, refletidas nos acontecimentos relatados no decorrer do artigo.

Foi possível refletir sobre a importância da História local demonstrando, através das memórias de alguns de seus primeiros moradores, o protagonismo dos mesmos ao organizarem-se para a conquista de direitos básicos de cidadania, para a melhoria de suas condições de vida em um contexto de reabertura política, em fins da Ditadura Civil-Militar, bem como contradições e disputas internas existentes nas organizações representativas como sindicatos e Associações.

As memórias e as Histórias dos moradores de Mangabeira são muito ricas e precisam ser estudadas de forma aprofundada, a luta pela moradia e pela vida digna tem uma longa e complexa trajetória que reescreve a história de nosso país, a partir da ótica dos que sempre foram omitidos, ocultados e apagados pelos historiadores ditos oficiais.

### Referências

- AZEVEDO, Sérgio de, ANDRADE, Luís A. do Gama. **Habitação e poder da fundação da casa popular ao banco nacional de habitação**. Rio de Janeiro; Zahar, 1982.
- BISPO, Luana Maria Cavalcanti. **Relicário Urbano: Uma leitura do Bairro do Roger na Cidade de João Pessoa-PB (2003-2013)**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal da Paraíba - João Pessoa, 2014.
- FERNANDES, Salismar. **Mangabeira: Uma história viva!** João Pessoa: Editora Gráfica Mangabeira, 2006.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Brasília: IBGE, 2011
- LEAL, Anny Karinny Lima. **Permanências e inovações: o projeto do Conjunto Mangabeira**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.
- MELO, Vilma de Lurdes Barbosa. **História local: contribuições para pensar, fazer e ensinar**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2015.
- OLIVEIRA, Juliana Barros de. **O bairro de Jaguaribe na memória dos seus moradores idosos**. Dissertação (Mestrado em História),

Universidade Federal da Paraíba - João Pessoa, 2012.

SAMUEL, Raphael. *"História Local e História Oral"* in: Revista Brasileira de História. História em **Quadro-Negro: escola, ensino e aprendizagem**. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, 1990, p. 220.

SANTOS, Milton. **Metrópole corporativa fragmentada: o caso de São Paulo**. São Paulo:

Nobel: Secretaria de Estado da Cultura, 1990.

PEREIRA, Vanderlan Paulo de Oliveira. Em nome de Deus, dos pobres e da libertação: ação pastoral e política em Dom José Maria Pires, de 1966 a 1980. 2012. 179 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.